

Ipea atrela crescimento do PIB a consumo menor

Expansão da economia de 2% a 2,5% em 2014 dependerá dos investimentos, diz Instituto

Divulgação

Fernanda Nunes

fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

Para que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avance este ano na proporção almejada pelo Ministério da Fazenda, 2,5%, o Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) propõe que o governo contenha o consumo das famílias em níveis mais moderados. A fórmula seria reverter o perfil de crescimento, que há anos vem sendo pautado pela aquisição de bens e serviços, sobretudo, por uma nova classe de consumidores. A projeção do Ipea para o PIB de 2014 é de alta de 2% a 2,5%, mas, mesmo um crescimento no patamar de 2%, inferior ao desejado pelo governo, depende da generalização dos investimentos, e não apenas da expansão de alguns setores industriais, como ocorreu nos últimos anos, segundo economistas do Instituto, que apresentaram ontem a Carta de Conjuntura de março.

“Poderíamos estar em uma fase de transição (em que o crescimento da economia passa a ser pautado no investimento, e não no consumo). Para isso, seria necessário gerar um investimento sustentável e generalizado, que proporcione competitividade sistêmica. Nesse sentido, agir para conter o crescimento do consumo no curto prazo pode ser um aspecto positivo para o investimento crescer mais”, avaliou o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, Cláudio Hamilton Matos dos Santos.

A realização de tais investimentos, ressalta, é menos influenciada por cenários pontuais — como o rebaixamento da nota do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) — do que pelas perspectivas de andamento da economia no prazo de três a cinco anos. A projeção é que o programa de concessões em infraestrutura do governo federal, que possui “dinâmica própria” independente das condições pontuais do mercado, puxe a reversão do perfil de crescimento da economia, diz Santos.

“Existe uma percepção clara de que há investimentos lucrativos no Brasil. No caso das concessões, eles tendem a ganhar peso em 2014 e daí em diante. É claro que a Formação Bruta de Capital Fixo (medida de investimento) ainda é um pouco volátil, não enxergamos nenhum disparo. Mas



Para Cláudio Hamilton, do Ipea, o investimento tem que ser generalizado para que seja sustentável

“

Poderíamos estar em uma fase de transição. Para isso, seria necessário gerar um investimento sustentável e generalizado, que proporcione competitividade”

Cláudio Hamilton dos Santos
Diretor do Ipea

também consideramos que os impactos sobre as expectativas do empresariado acontecem lentamente”, afirmou o coordenador do Grupo de Conjuntura do Ipea, Fernando Ribeiro, também presente à apresentação da Carta.

O economista ressaltou, contudo, algumas restrições à economia brasileira em 2014 que justificam a previsão de que o desempenho neste ano será moderado, em linha com o de 2013. Entre as principais influências estão a crise econômica na Argentina e a incerteza sobre a intensidade do crescimento da China e a sua capacidade em evitar um quadro de desaceleração. O cenário mundial neste ano é favorável, principalmente para os países desenvolvidos, prevê o Ipea. Mas, no caso brasileiro, não, já que os dois países — China e Argentina — são os principais parceiros comerciais do Brasil.

Além disso, o Ipea resalta que há dúvidas se o mercado internacional de commodities, principal pauta exportadora brasileira, manterá as cotações em níveis elevados. E destaca que permanece a dificuldade do país de expandir a participação dos seus produtos manufaturados no mercado exter-

no. “Será mais um ano difícil para a balança, mas nosso volume de reservas nos dá segurança por bastante tempo”, projetou Ribeiro.

Nem mesmo a realização das eleições nos estados e para a Presidência da República altera a perspectiva do Ipea de estabilidade da economia neste ano, comparado ao ano anterior. “A meta de superávit primário (de 1,9% do PIB) é factível”, exemplifica o economista. Isso não significa, contudo, que a tarefa do governo seja simples, em sua avaliação. Será preciso expandir as receitas não recorrentes e melhorar o desempenho das receitas. Da mesma forma, o governo deverá esforçar-se ainda mais na contenção de gastos ao longo do ano, disse Ribeiro.

Nos estados, as eleições não devem representar aumento de gastos, porque os governos locais já reduziram significativamente o superávit primário em 2013 e não terão como piorar os seus resultados, segundo Santos. No caso da União, a análise do diretor do Ipea é que o Executivo melhorou a sua capacidade de planejamento dos gastos, o que facilita a contenção dos gastos, previsão contrária à apresentada pela S&P ao justificar o rebaixamento da nota do Brasil.